

TRIBUNA DA CIDADE

LÚCIA CARVALHO

Democracia nas escolas e ética

Apesar do antigo governo ter acabado com as eleições nas escolas, a comunidade escolar da rede pública em breve recuperará este direito de escolher os diretores de escolas de 1º e 2º graus. É que, agora, temos um governo preocupado com Educação e, finalmente, uma bancada parlamentar que nos dará chances de aprovar e colocar em vigor nosso projeto que há mais de quatro anos visa estabelecer condições básicas para a democratização do ensino público.

O projeto que prevê eleições diretas nas escolas, de minha autoria, foi durante os últimos quatro anos mutilado pela bancada do PP e, hoje, o que chama mais atenção de todos é que os mesmos deputados que ajudaram a acabar com a democracia nas escolas, exigem a votação rápida de um projeto que os próprios professores aprimoraram.

Pode-se perguntar por que um assunto tão importante ficou na "geladeira" tanto tempo? É simples: o governo anterior e sua bancada de parlamentares não queriam que alunos, auxiliares de ensino, técnicos, professores e pais tivessem espaço nesta área. Não viam as eleições como um passo importante para o aprendizado da democracia nas escolas. Preferiam fazer barganha política com os mais de 500 cargos de diretores de escola.

Nosso projeto, apresentado em plenário em 1991, foi vetado pela então bancada governista. Reapresentamos o projeto no ano seguinte mas ele acabou "congelado" na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Durante esse período, para o projeto conseguir tramitar, por sermos minoria, tivemos que engolir muitas modificações propostas pelos Rorizistas e é isso que hoje precisamos consertar. Só que isso leva tempo.



O nosso projeto de eleição nas escolas, para poder tramitar, teve que engolir modificações dos rorizistas que temos que

Já havíamos acertado, gabinete parlamentar e diretoria do Sipro, que um substitutivo ao Projeto de Eleições Diretas para Diretores seria elaborado, através do sindicato e sua proposta final seria votada em assembleia no dia 13 de maio corrente. A partir do recebimento da

onsertar

proposta da categoria, iríamos apresentar o substitutivo e só então solicitarmos a votação da matéria.

Tudo corria bem mas quiseram nos atropelar, passar por cima das decisões de um sindicato que representa mais de 17 mil professores e votar um projeto que, devido às circunstâncias, foi modificado e hoje atenderia mais àqueles que não são realmente comprometidos com essa luta.

O deputado César Lacerda, passando por cima não só da categoria, mas principalmente da ética parlamentar, num intuito de tumultuar, apesar de ter sido orientado a não insistir no pedido de votação de urgência do projeto, lotou a galeria da Câmara com crianças dos Centros de Ensino 04, 08 e 11, Escola Classe nº 13 e Centros Educacionais 01, 03 e 04 do Gama para fazer pressão na Sessão Ordinária do dia 10 de maio que votava, entre outros pontos, o requerimento pedindo urgência para votação do projeto de minha autoria que prevê eleição direta para diretores de escolas.

Essas mesmas crianças, uniformizadas e sem autorização dos pais para estarem fora da escola no horário normal de aulas, e coordenadas por Antônio Everardo Aguiar, que se identificou como da Associação dos Produtores Rurais de Ponte Alta Norte, foram induzidas pelo parlamentar a portar cartazes contra o governo Cristovam e vaiar outros parlamentares.

Indução política de menores é uma prática condenada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Por isso, para que episódios como esses não voltem a acontecer e para que toda a comunidade escolar fique atenta para esse tipo de parlamentar que foi, através de moção votada por mais de quatro mil professores na última assembleia da categoria, repudiado por usar de sua influência política para induzir crianças a atos de desrespeito e falta de dignidade, entramos na Vara da Infância e Adolescência do DF com uma representação contra o deputado César Lacerda.

Nossa proposta traduz muitos anos de reuniões, debates, lutas e reflexões sobre o tema. Os diretores são escolhidos por voto direto dos professores, alunos maiores de 14 anos ou estudantes a partir da 7ª série, servidores e pais. O projeto cria também um colegiado, formado por representantes eleitos por todos os segmentos da escola, que não teria só o caráter consultivo, mas também deliberativo.

Tenho consciência de que a eleição por si só não democratiza uma escola, mas ajuda, é um passo. Sei também que neste momento precisamos refletir sobre quem eleger e por que elegermos, qual o papel do diretor e do conselho numa comunidade escolar.

■ **Lúcia Carvalho** é deputada distrital pelo PT